A gestão educacional na caracterização e na prevenção do bullying

Lélio Moura Lourenço (leliomlourenco@yahoo.com.br), Beatriz Oliveira Pereira & Luciana Xavier Senra

Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, Brasil; IE - Universidade do Minho

Resumo: O Bullying é um fenômeno comum ao ambiente escolar, que ocorre entre crianças e adolescentes envolvendo ataques físico, verbal ou psicológico, intencionais e contínuos. É protagonizado por um ou mais agressores, com objetivo de causar danos e prejuízos a alguém ou a um grupo percebidos como frágil e com características físicas, sócio-econômicas, étnicas e orientação sexual específicas, em situações em que a vítima não tem condições de se defender ou reverter a situação. A gestão do Bullying no ambiente escolar é considerada um trabalho em conjunto realizado pelos profissionais da escola, sendo professores, diretores, coordenadores pedagógicos responsáveis pela gestão no espaço escolar marcado pelo Bullying. No que concerne à escola, seus profissionais devem estar conscientes sobre essa forma de violência e serem capacitados para diagnosticar, intervir e preveni-la. O papel da escola é de fundamental importância, devendo disponibilizar espaços para que as crianças possam falar de suas emoções e sentimentos, que discutam, reflitam, disponibilizem jogos e alternativas de laser. A gestão do ambiente escolar é uma das variáveis fundamentais para a sua compreensão e dá suporte às medidas de intervenção. É fundamental que os investigadores percebam a importância dos gestores nessa realidade.

Palavras-chaves: Gestão educacional; Prevenção; Bullying.

Introdução

A violência escolar tem sido alvo de uma preocupação crescente nas últimas duas décadas. A preocupação com essa temática traduz-se no grande aumento das investigações sobre o tema, em especial sobre um tipo específico de violência escolar — o Bullying. O Bullying é um fenômeno comum ao ambiente escolar, que ocorre entre crianças e adolescentes envolvendo ataques físico, verbal ou psicológico, intencionais e contínuos. É protagonizado por um ou mais agressores, com objetivo de causar danos e prejuízos a alguém ou a um grupo percebidos como frágil e com características físicas, sócio-econômicas, étnicas e orientação sexual específicas, em situações em que a vítima não tem condições de se defender ou reverter a situação (Senra, Pereira & Lourenço, 2011, Costa & Pereira, 2010).

A agressão/vitimação entre alunos começou a ser estudada nas últimas décadas sendo descrita como a agressão entre pares de forma continuada e intencional, designada na literatura da especialidade por bullying (Olweus, 1993). De acordo com Rolim (2008) esta expressão possui um sentido específico e rico em determinações que desaconselha sua tradução em qualquer outra língua. As tentativas de tradução para o português produzem reduções semânticas que descaracterizam o fenômeno denotado pela expressão original, bem como uma dissolução do conteúdo associado ao termo, o que também ocorre em idiomas como francês, espanhol, italiano, alemão e japonês entre outros. Conforme este autor, o termo mais utilizado nas traduções realizadas no Brasil é intimidação. Já em Portugal as tentativas de

tradução produziram termos como maltrato entre pares, agressão no contexto escolar, coação e provocação. No Japão, o termo utilizado para designar tal fenômeno é *ijime*, na Itália prepotenza e na Espanha acoso ou matonismo.

O bullying pode ser entendido como uma ação em que um ou mais indivíduos agridem física, verbal ou emocionalmente outro indivíduo. O fenômeno se apresenta como um padrão repetido de intimidação física e psicológica, cuja intenção é provocar mal-estar, dominar socialmente (e físicamente) o outro e demonstrar poder perante o grupo social. Os conflitos provenientes do bullying afetam as relações formais e informais entre os alunos podendo atingir situações de agressividade e violência, envolvendo por vezes, atos de extorsão, violência física ou verbal, roubo e vandalismo.

Vale ressaltar que o *bullying* compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder, tornando possível a intimidação da vítima (Lopes & Saavedra, 2003).

Mesmo com as diferentes concepções que aparecem na literatura, Cleary (2003) aponta algumas características comuns: são comportamentos danosos e deliberados, geralmente repetitivos durante um determinado período de tempo, para os agredidos é difícil se defender, para os que agridem é difícil aprender novos comportamentos socialmente aceitos.

Assim como em várias outras formas de violência, no *bullying*, existe sempre uma relação desigual de poder entre agressor e a sua vítima, normalmente o agressor é mais velho e mais pujante e pode atuar em grupo. Intimidar, perseguir, ameaçar, ofender, humilhar, discriminar, excluir, espalhar boatos ou assédio sexual são alguns exemplos de comportamentos de *bullying*.

A experiência escolar passa a ser um fator importante na vida da criança e do adolescente como forma de socialização, sendo que a mesma contribui de forma categórica para diferentes caminhos no desenvolvimento dos jovens. Nesse sentido, a escola deve prover proteção e projetos institucionais que representem não só uma porta aberta para um significativo desenvolvimento cognitivo dos jovens, mas também o desenvolvimento de recursos e mecanismos como: auto-estima, alternativas de estudo e de profissionalização, entre outros fatores. Seus profissionais devem estar conscientes sobre essa forma de violência e devem ser capacitados para diagnosticar, intervir e preveni-la. O papel da escola é de fundamental importância, devendo disponibilizar espaços para que as crianças possam falar de suas emoções e sentimentos, que discutam, reflitam, disponibilizem jogos e alternativas de lazer e interação social e encontrem soluções para as diversas situações da vida.

Estudos sobre intervenções apontam os professores e funcionários da escola como um importante elemento na gestão do comportamento agressivo responsável pela queda na prevalência do fenômeno após aplicações de programas de intervenção. Os gestores do bullying na escola; professores, diretores, vice-diretores e inspetores e coordenador pedagógico tem um contato direto ou indireto com o aluno e por isso cada um desses atores possui o poder de interferir na prevalência do fenômeno.

As áreas de Educação e Psicologia, mais notadamente, têm gerado uma ampla produção científica sobre essa forma de agressão. Porém, as investigações não se restringem a essas áreas. Hoje, esse é um problema de pesquisa essencialmente interdisciplinar. Ciências Sociais, Enfermagem, Medicina e Educação Física constituem exemplos de campos científicos que também têm produzido conhecimento sobre *bullying*. Pesquisas empíricas sobre *bullying* escolar têm grande relevância à medida que possibilitam a criação e a implantação de estratégias de intervenção e prevenção adequadas para combater esse tipo de violência ainda nos primeiros anos escolares.

Em um significativo número de textos sobre a temática aponta-se que, quanto mais jovem é o indivíduo, maior a probabilidade de que sofra as consequências do *bullying* (Pinheiro, 2006; Fante, 2005; Lopes Neto, 2005; Nansel & Cols, 2004), portanto, fazem-se necessários estudos que investiguem as manifestações desse fenômeno desde a educação infantil. Nesse sentido, a tendência percebida entre os estudos de privilegiar amostras compostas por adolescentes, pode representar uma limitação importante nos estudos empíricos sobre o fenômeno.

Pesquisas em vários segmentos e em temporalidade distinta (Almeida, Silva & Campos, 2008; Pereira 2008; Lopes, 2005; Pereira et al 2004; Withney et Smith, 1993) revelaram que o bullying ocorre principalmente nos anos escolares iniciais. Porém, o tipo de agressão usada varia não só com a idade, mas também com o gênero: os meninos têm maior envolvimento com essa forma de violência e utilizam agressões físicas e verbais, ou seja, usam mais a provocação e a violência física e psicológica. As meninas adotam mais as agressões indiretas usando mais o bullying social/psicológico, caracterizado por ofensas, humilhação e disseminação de rumores geradores de exclusão social.

No que se refere às vítimas, Nogueira (2005) as define como alunos frágeis, que se sentem desiguais ou prejudicados e que dificilmente pedem ajuda. Para a autora, os agressores são definidos como crianças inseguras, que sofrem ou sofreram algum tipo de violência por parte de adultos, mas que foram acostumados, em sua educação, a ser o centro das atenções. Seixas (2005) apresenta a distinção, feita por Olweus em 1978, entre vítimas passivas (inseguras,

ansiosas e incapazes de se defenderem) e vítimas-agressivas (de temperamento exaltado, que retaliam o ataque e/ou que agridem a outros).

No que concerne à manifestação da violência no ambiente escolar, Sani (2008) e Marturano (2005) colocam que o fenômeno é fator de risco para saúde física, mental e para o desenvolvimento saudável de jovens, prejudicando seu aprendizado e socialização. Tais prejuízos acabam por envolver não somente os profissionais da educação, mas também da saúde e da justiça, exigindo, pois, uma abordagem multidisciplinar que considere as evidências mais globais possíveis.

No âmbito da prática, destaca-se, entre os estudos que contaram com a participação de profissionais de educação, a constatação de que a escola não está preparada para administrar as situações de violência entre pares. Nogueira (2007) alerta para o fato de que a instituição educacional não tem funcionado como transmissora de valores sociais, permitindo, assim, que ações de discriminação e preconceito, bem como de violência, invadam o ambiente escolar. Além disso, como relatado por alunos, algumas intervenções por parte de professores podem até mesmo favorecer o *bullying* (Oliboni, 2008; Santos & Grossi, 2008).

A gestão escolar educacional e sua importância nas ações relativas ao bullying

A gestão do Bullying no ambiente escolar é considerada um trabalho em conjunto realizado pelos profissionais da escola, sendo professores, diretores, coordenadores pedagógicos responsáveis pela gestão no espaço escolar marcado pelo Bullying. No que concerne à escola, seus profissionais devem estar conscientes sobre essa forma de violência e serem capacitados para diagnosticar, intervir e preveni-la. O papel da escola é de fundamental importância, devendo disponibilizar espaços para que as crianças possam falar de suas emoções e sentimentos, que discutam, reflitam, disponibilizem jogos e alternativas de laser.

Dispositivos de segurança que coíbam práticas violentas nas escolas vêm sendo utilizados em alguns países como forma de abrandamento do problema. Políticas de tolerância zero (França e Estados Unidos) e a utilização de técnicas como a tele vigilância e a vigilância vídeo são algumas das alternativas utilizadas para esse fim. Nesse caso, a adoção de políticas de segurança escolar teria como meta disciplinar os jovens, consequentemente gerando uma diminuição da violência. Embora em alguns casos essa política tenha diminuído a violência escolar, em outros casos a mesma não foi significativamente afetada ou veio à aumentar novamente. (Lucas, 1997, p.78).

O resultado de tal estratégia de gestão da segurança escolar, segundo Lucas, foi que "a troca do ensino/aprendizagem pela segurança promoveu a cultura da violência sobre a pedagogia,

por meio de um currículo oculto e no qual, através das numerosas práticas de segurança, os estudantes estavam se escolarizando na violência", (Lucas, 1997, p. 92).

É inegável que alguns fatores que desencadeiam a violência podem estar fora da escola, nos problemas sociais e familiares de cada criança. Mas, essa causalidade também é detectada dentro da escola, ou seja, nos espaços e materiais a que os alunos têm acesso e em um momento (ou espaço) cada vez mais ressaltado no estudo do bullying, ou seja, nos espaços e tempos livres.

É essencial que toda a escola se envolva na criação de um bom ambiente na discussão do problema, na proposta e na implementação de soluções através de políticas educativas (Olweus, 1993). Já na primeira metade dos anos 90 se pensava na alteração do recreio no sentido de dar espaço para que todos pudessem jogar e conviver à vontade, em segurança. Nesse sentido, embora a escola possa investir em materiais e melhorias, esse processo deve envolver toda a comunidade e não algo imposto por uma gestão interna ou estatal. A contribuição da escola se dá no sentido de que uma melhor e mais sistemática supervisão do recreio é essencial para diminuir o nível de agressividade que acontece na escola, visto que a maior parte dos incidentes agressivos acontece nesse momento.

No entanto, a inserção de mecanismos repressores e disciplinadores daria a essa supervisão um caráter mais policial e menos pedagógico, caráter esse mais facilmente atingido a partir de atividades pedagógicas devidamente instrumentalizadas. Em seu texto, Classes Difíceis: Ferramentas para prevenir e administrar os problemas escolares, Blin, aponta que: a prevenção da violência na escola diz respeito a todos nós, crianças, jovens e pais, atores e responsáveis pelo sistema educacional, e também aos representantes dos poderes públicos" (Blin, 2005, p.8). Faz-se necessário compreender que é importante conhecermos o ambiente externo e interno escolar, envolvendo neste trabalho toda a equipe envolvida na rotina escolar. Em um estudo voltado para gestão do bullying, Mascarenhas ressalta que:

"O diagnóstico e a gestão do bullying e da indisciplina no ambiente escolar deve ser atividade de rotina. O gestor escolar, professor e outros profissionais que trabalham na escola devem a priori planejar o diagnóstico e a prevenção do bullying e da indisciplina no estabelecimento onde atuam no sentido de fazer cumprir e respeitar os direitos e deveres da cidadania contribuindo para o fortalecimento de fundamentos da sociedade que se quer democrática, justa e solidária" (Mascarenhas, 2006, p.100).

Sem dúvida, as relações entre pares têm papel fundamental no desenvolvimento humano.

Bolger et al. (1988), já nos anos 80, apostavam que relações saudáveis promovem o desenvolvimento do julgamento moral, da cooperação e da reciprocidade. A experiência

escolar passa a ser um fator importante na vida da criança e do adolescente, sendo que a mesma contribui de forma categórica para diferentes caminhos no desenvolvimento dos jovens. Nesse sentido, a escola deve prover proteção e projetos institucionais que representem não só uma porta aberta para um significativo desenvolvimento cognitivo dos jovens, mas também o desenvolvimento de recursos e mecanismos como: auto estima, alternativas de estudo e de profissionalização, entre outros fatores. A não concretização dessas metas, sob qualquer perspectiva, vai interferir na formação da auto-estima desse jovem, diminuindo as perspectivas profissionais e até pessoais dos envolvidos. O bullying pode ser considerado, nesse campo, como um fator de forte interferência negativa, já que desorganiza as referências pessoais (auto estima, auto imagem e auto eficácia) como também as referências institucionais, ou seja, a escola enquanto espaço de aprendizagem, de vínculo e de proteção, não cumpriria prioritariamente o seu papel.

A partir de uma ótica mais social, Espinheira (2004), aponta para a realidade em que a escola precisa se atualizar, percebendo que a sua função é promover o processo de socialização, por meio do esporte, lazer e atividades pedagógicas que contribuam para o acesso dos jovens a um capital simbólico. O espaço escolar, então passa a ser o lugar da troca, da formação para a cidadania. Alguns autores brasileiros, em literatura sobre temáticas afins apontam o fator social como importante variável não só na violência escolar, mas também como um fator que incrementa a carência de recursos no combate a essa violência. Poderíamos nesse particular apontar para duas possibilidades. Ou esses autores estariam influenciados por uma realidade que transcende o bullying na sua formulação mais clara ou estaríamos diante de um fato que definitivamente iria diferenciar violência escolar de bullying, onde a primeira estaria mais carregada de referências sociais / situacionais e a segunda de referenciais mais universais.

No que diz respeito às intervenções em situação de recreio, Marques, Neto, & Pereira (2002) após investigação sobre a temática, observaram, a partir dos resultados alcançados, que alterações no tipo de recreio produziram reduções nos índices de violência. Vale ressaltar que nesse sentido, recreio com supervisão e material foi o que apresentou um maior poder para reduzir os níveis de agressão. Esse tipo de recreio não só representou uma melhora na agressividade presente, como também na apreciação do recreio pelas crianças. De forma até certo ponto surpreendente, mais de 60% das crianças (de 7 – 10 anos) participantes da pesquisa responderam que identificam esse tipo de recreio (com supervisão e equipamentos móveis) como o seu favorito.

Programas desenvolvidos por Olweus (1993), Smith & Sharp (1994), Pereira (2008) afirmam que para prevenir o bullying é necessário envolver toda a comunidade educativa que é

constituída por alunos, professores, funcionários, pais e outros elementos da comunidade local.

Uma hipótese também relevante é a de que a criança é mais verdadeira no recreio. Essa questão faz com que a percepção do professor em sala de aula, seja muitas vezes equivocada. No intervalo e no tempo livre, o aluno muitas vezes muda a sua conduta o que obrigaria a presença da instituição naquele espaço. A simples observação do aluno em aula, não seria suficiente para o desenvolvimento de uma análise mais precisa do papel desse jovem em relação aos seus pares. Esse fator nos leva a perceber o quanto o papel da escola se torna fundamental. A observação e o monitoramento devem ser feitos como um todo, sendo que o recreio é um espaço fundamental desse trabalho. O estudo do bullying passa pela investigação do que acontece quando os alunos estão entregues a si mesmos, sem o controle de professores. Nas atividades de recreio, é comum que a criança decida as suas atividades. O que se pretende, não é coibir a criatividade do aluno em seu espaço de lazer, mas coibir possíveis atos de violência que possam ser marcantes na vida de uma criança vitimizada.

Nesse sentido, acredita-se que para caracterizar o bullying na escola, a gestão do ambiente escolar é uma das variáveis fundamentais para a sua compreensão e dá suporte às medidas de intervenção à implementar.

É fundamental que os investigadores percebam a importância dos gestores nessa realidade e o quanto as ações ou mesmo a falta de ações dos mesmos pode influenciar nas ações violentas dentro da rotina escolar.

Na realidade educacional portuguesa, as atividades de tomada de decisões se configuram como ações administrativas focadas no gestor, resultando em relações de poder mais centralizadas. Os gestores se destacam como uma "instância de poder", se voltando aos propósitos decisórios e assumindo possibilidades de promover mudanças ou legitimar situações dadas, impondo direcionalidade ao processo de trabalho em educação.

No que concerne aos pais, a atitude da escola que ignora a situação de Bullying promove uma grande revolta devido ao sofrimento que observam nos filhos. Além disso, um número expressivo de pais não possui uma representativa capacidade de ajudar e acompanhar o processo na escola. Denunciar a situação representa um momento de grande sofrimento e o esforço realizado na procura de soluções. Na maioria das vezes essa atitude parece não ter efeitos imediatos. Denunciar sugere ser um primeiro passo para que se reponham os direitos da criança, se faça justiça para o seu caso, mas também para que situações futuras sejam evitadas com esta e com muitas outras crianças e jovens. No entanto, uma escola que não

possua um sistema de intervenção sistemático e bem estruturado não soma beneficios significativos a partir de uma ou outra denúncia pontual e/ou esporádica.

Referências

- Almeida, K L, Silva. A C, Campos, J S (2008) Importância da identificação precoce da ocorrência do bullying: uma revisão de literatura. Rev Pediatr, 9(1): 8-16, jan./jun.
- Araujo, S., McIntyre, T., & McIntyre, S. (2005). Bullying at work and organizational climate: A study in Portuguese workers. Psychology & Health, 20, 15.
- Blin, Jean-François. (2005). Classes Dificeis: Ferramentas para prevenir e administrar os problemas escolares. Porto Alegre: Artmed., 251 p.
- Bolger, N. et al. (Org.).(1988). Person in context: developmental processes. New York: Cambridge University Press, p. 25-49.
- Boulton, M. J. (1995) Playground Behavior and Peer Interaction Patterns of Primary School Boys Classified as Bullies, Victims and Not Involved, British Journal of Educational Psychology, 65, 16-177.
- Blatchford, P. & Sharp, S. (1994). Breaktime and the school: understanding and changing playground behaviour. London: Routledge.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2006). Violência faz mal à saúde. Brasilia: Ministério da Saúde. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- Carvalhosa, S. F., Matos, M. G. & Lima, L. (2002). Bullying-A provocação/ vítima entre pares no contexto escolar português. Análise Psicológica, 4 (XX), 571-585.
- Cleary, M; Sullivan, K & Sullivan, G. (2006). Bullying En La Ensenanza Secundaria/ Bullying in High School (Paperback). Madri, Planeta Pub Corp.
- Cleary, M; Sullivan, K & Sullivan, G. (2003). Bullying in Secondary School. London, Sage Publications. p1-7.
- Dounay J (2007) State Anti-bullying Statutes. Retrieved March 1, 2006, from http://www.ecs.org/clearinghouse/60/41/6041.htm
- Espimheira, Gey. (2004) Sociabilidade e Violência: Criminalidade no Cotidiano de Vida dos Moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia.
- Fante, C. (2005). Fenômeno bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz (2. ed.). Campinas, SP: Versus.
- Flouri, E. & Buchanan, A. (2003). The role of father involvement in childrens later mental health. Journal of Adolescence, 26, 63-78.
- Fonseca, M. (2003). Projeto político pedagógico e o Plano de Desenvolvimento da Escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar. Caderno Cedes. Campinas: SP, v.23, no. 61, dez.
- Holt, Melissa K., Kaufman Kantor, Glenda and Finkelhor, David. (2009). Parent/Child Concordance about Bullying Involvement and Family Characteristics Related to Bullying and Peer Victimization. Journal of School Violence, 8:1, p. 42-63.
- Lopes, A.A.N, Bullying-comportamento agressivo entre estudantes. Jornal Pediatria. Rio de Janeiro. 2005.
- Lopes, A. A. N.; Saavedra, L. H. (2003). Diga NÃO para o Bullying! Rio de Janeiro: Abrapia. 119p.
- Lucas, Peter. (1997). Pequeno relato sobre a cultura da violência no sistema escolar público em Nova York. In: Revista contemporaneidade e educação. Rio de Janeiro, IEC, ano II, n. 2, p. 70-95.
- Martins, M.J.D. (2005). O problema da violência escolar: Uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. Revista Portuguesa de Educação, 18(1), 93-115.
- Marques. A.; Neto, C. & Pereira, B. (2002). Changes in school playground to reduce agressive behavior. In M. Martinez (Ed.) Prevention and control of aggression and the impact on its victims. (pp.137-145). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Marques A R, Ferreira Neto C A, Pereira B, Angulo J C (2005). Bullying no contexto escolar: jogo e estratégias de intervenção. cinergis ; 6(1):81-95.

- Mascarenhas, S. (2006). Gestão do bullying e qualidade do bem estar psicossocial de docentes e discentes do Brasil (Rondônia). In I. leal, J. Pais-Ribeiro, & S. Jesus (Eds.), Actas 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde Saúde e qualidade de vida (pp. 109-110). Lisboa: ISPA.
- Mascarenhas, S., & Almeida, A.T. (2006). Gestão do bullying e qualidade do bem-estar docentes e discente na Educação de Jovens e adultos do Brasil (Rondônia). In I. leal, J. Pais-Ribeiro & S. Jesus (Eds.), Actas 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde – Saúde e qualidade de vida (pp. 83-90). Lisboa: ISPA.
- Mc Grath, M J (2007) School bullying: tools for avoiding harm and liability. Thousand Nation, M., Vieno, A., Perkins, D. D. & Massimo, S. (2008). Bullying in School and Adolescent Sense of Empowerment: An Analysis of Relationships with Parents, Friends, and Teachers. Journal of Community & Applied Social Psychology J. Community Appl. Soc. Psychol., 18: 211–232.
- Newman, R. S., & Murray, B. J. (2005) How students and teachers view the seriousness of peer harassment: When is it appropriate to seek help? Journal of Educational Psychology, v.97, n.3, 347-365.
- Nogueira, R.M.C.P.A. (2005). A prática de violência entre pares: o bullyng nas escolas. Madrid: Revista Iberoamericana de Educación,n37,93-102.
- Olweus, D. (2004). The Olweus Bullying Prevention Programme: Design and Implementation Issues and a New National Initiative in Norway. In: Smith, P. K.; Pepler, D.; Rigby, K. (Eds.). Bullying in Schools: How Successful Can Interventions Be? Londres: Cambridged University Press.
- Olweus, D. Bullying at school: what we know and what we can do. Blackwell Publishing, 1993.
- Olweus, D. Modelo do programa de combate ao Bullying do Professor Dan Olweus. Disponívelem: http://modelprograms.samhsa.gov/pdfs/FactSheets/Olweus%20Bully.pdf Acesso em junho de 2007.
- Oliboni, S. P. (2008). O bullying como violência velada: a percepção e ação dos professores.

 Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade
 Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS. Recuperado em 17 de setembro de 2009 de
 http://bdtd.furg.br/tde busca/arquivo.php?codArquivo=118
- Peguero, A.(2008). Bullying Victimization and Extracurricular Activity', Journal of School Violence, 7:3,71-85.
- Pereira, B. (2001). A violência na escola Formas de prevenção. In: Pereira, B.; Pinto, A. P. (coords.). A escola e a criança em risco: intervir para prevenir. Porto: Asa, p. 17-30.
- Pereira, B. O (2007). bullying na escola e as políticas educativas. In: Behrens, M. A., Ens, R., Vosgerau, D. (orgs.). Discutindo a Educação na Dimensão da Práxis, Curitiba: Champagnat, p.203-218.
- Pereira, B. O. (1997). Estudo e prevenção do bullying no contexto escolar. Os recreios e as práticas agressivas da criança. Dissertação de Doutoramento em Estudos da Criança. Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança.
- Pereira, B. O. P. (2002). Para uma escola sem violência. Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Pereira, B. O. P. (2008). Para uma escola sem violência. Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas.363p
- Pereira, B. O., Almeida, A. T., Valente, L. & Mendonça, L. (1996). O bullying nas escolas portuguesas. Análise de variáveis fundamentais para a identificação do problema. In Almeida, Silvério & Araújo (org.s). Actas do II Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia (26-27 Abril), Universidade do Minho, Braga, 71-81.
- Pereira, B. O., Mendonça, D., Neto, C., Valente, L. & Smith, P. K. (2004) Bullying in Portuguese schools. School Psychology International, 25 (2), 207-222.
- Rolim, M. (2008). Bullying: O pesadelo da escola, um estudo de caso e notas sobre o que fazer. Unpublished masters dissertation, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

- Santos, A. M. & Grossi, P. K. (2008). Fenômeno Bullying: desvendando esta violência nas escolas públicas de Porto Alegre. Revista Textos & Contextos, 7(2), 289 304. Recuperado em 17 de setembro de 2009 de http://caioba.pucrs.br/fzva/ojs/index.php/fass/article/viewFile/4827/3633
- Seixas, S. R. (2005). Violência escolar: Metodologias de identificação dos alunos agressores e/ou vítimas Análise Psicológica, 2 (23): 97-110.
- Senra, L.X; Lourenço, L. M.; Pereira, M. B. O. (2011). Características da relação entre violência doméstica e bullying: revisão sistemática da literatura. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 5 (2),297-309
- Smith, P.K. & Sharp, S. (1994). School Bullying. Insights and perspectives, London, Routledge.
- Smith, P.; Pepler, D. & Rigby, K. (Eds.). (2004). Bullying in schools. How successful can interventions be? Cambridge: University.
- Whitney I, Smith PK. (1993). A survey of the nature and extent of bullying in junior/middle and secondary schools. Educational Research. 35:3–25.